

Indicadores para a avaliação da Competência em Informação: possibilidades para políticas públicas com foco na justiça informacional

Elizete Vieira Vitorino

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação, Florianópolis, SC,
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>

elizete.vitorino@ufsc.br

Andréia Letícia Johann

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciência da Informação, Florianópolis, SC,
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3203-2659>

andreialeticia253@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n3.2023.47162>

Recebido/Recibido/Received: 2023-02-14

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2023-10-09

Publicado/Publicado/Published: 2023-11-15

ARTIGOS DE REVISÃO

Resumo

Neste trabalho estamos interessados em reconhecer indicadores para políticas públicas que podem servir à Competência em Informação e à justiça informacional com fins de minimizar a vulnerabilidade em informação por meio de teorias e conceitos. Esta investigação apresenta abordagem qualitativa e procedimentos bibliográfico e documental. A análise dos dados ocorreu a partir da categorização, agrupando elementos, ideias ou expressões que interessassem aos propósitos da pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science, ISTA e LISTA. Como resultados principais, cabe reforçar que indicadores sociais são componentes fundamentais e subsídios às políticas públicas para a Competência em Informação e por isto devem ser estudados e conectados a este campo/domínio de saber, e à justiça informacional e, também, que se trata de um tema urgente para uma agenda de pesquisa nas áreas identificadas, as quais irão fortalecer as evidências para a promoção de políticas públicas de Competência em Informação.

Palavras-chave: Competência em Informação. Políticas públicas. Justiça informacional.

Indicadores para la evaluación de la alfabetización informacional: posibilidades de políticas públicas, con foco en la justicia informacional

Resumen

En este trabajo nos interesa reconocer indicadores para políticas que pueden servir a la alfabetización informacional (ALFIN) y la justicia informacional para minimizar la vulnerabilidad de la información a través de teorías y conceptos. Esta investigación presenta un enfoque cualitativo y procedimientos bibliográficos y documentales. El análisis de los datos se basó en la categorización, agrupación de elementos, ideas o expresiones de interés para los fines de la investigación. La búsqueda bibliográfica se realizó en las bases de datos Scopus, Web of Science, ISTA y LISTA. Como principales resultados, cabe destacar que los indicadores sociales son componentes y subsidios fundamentales de las políticas públicas de ALFIN y, por ello, deben ser estudiados y vinculados a este campo/dominio del conocimiento, a la justicia informacional y, también, a la que se trata de un tema urgente para una agenda de investigación en las áreas identificadas, que fortalecerá la evidencia para la promoción de políticas públicas de ALFIN.

Palabras clave: Alfabetización Informacional. Políticas públicas. Justicia informacional.

Indicators for the evaluation of Information Literacy: possibilities for public policies, with a focus on informational justice

Abstract

In this paper, we are interested in recognizing indicators for public policies that can serve Information Competence and informational justice to minimize information vulnerability through theories and concepts. This research presents a qualitative approach and bibliographic and documental procedures. The data analysis was based on categorization, grouping of elements, ideas, or expressions that were of interest to the research purposes. Bibliographical research was carried out in Scopus, Web of Science, ISTA, and LISTA. As main results, it is worth mentioning that social indicators are fundamental components and subsidies to public policies for Information Literacy and for this reason should be studied and connected to this field/domain of informational justice, and also that this is an urgent topic for a research agenda in the research agenda in the identified areas, which will strengthen the evidence for the promotion of for the promotion of public policies on Information Literacy.

Keywords: Information Literacy. Public policies. Information justice.

1 Introdução

Na perspectiva de investigarmos possibilidades disponíveis na literatura para indicadores de avaliação da Competência em Informação¹, continuamos interessados em reconhecer, por meio de teorias e conceitos sobre indicadores sociais e de vulnerabilidade social que podem servir à avaliação da Competência em Informação. Neste trabalho, nosso olhar se volta às possibilidades de indicadores para políticas públicas que podem servir à Competência em Informação e à justiça informacional com fins de minimizar a vulnerabilidade em informação (Vitorino, 2018).

Nesta fase da pesquisa, realizamos o acesso a bases de dados do Portal CAPES - Scopus, *Web of Science*, ISTA e LISTA, utilizando categorias que pudessem ser úteis ao reconhecimento de conteúdos sobre políticas públicas e justiça informacional. As recomendações da literatura quanto a características e à qualidade dos parâmetros em si (chamamos esta categoria de “virtudes”), as “tendências” possíveis a indicadores, de acordo com as dimensões da Competência em Informação, já foram tratadas na fase anterior (Vitorino, 2021; 2022). Agora trazemos à tona alguns resultados relacionados a exemplos e proposições de indicadores cujo núcleo pode servir às políticas públicas de governo que se pretendem encaminhar como

¹ Este trabalho contempla os resultados da fase inicial da pesquisa “Indicadores qualitativos para a competência em informação no Brasil sob o foco da vulnerabilidade social”, aprovada no CNPq para Bolsa Produtividade, Nível 2, e inclui dados do Projeto de Pesquisa submetido a Chamada CNPq 06/2019 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Processo: 308821/2019-0, Modalidade/Nível: PQ-2, com vigência para o período de 01/03/2020 a 28/02/2023, bem como os resultados iniciais do primeiro dos três objetivos específicos anunciados na pesquisa: identificar, na literatura, tendências de formulação de parâmetros qualitativos na área da Ciência da Informação para a Competência em Informação. Este trabalho é o segundo artigo resultante de uma das etapas deste objetivo, isto é, o acesso a bases de dados do Portal CAPES.

tendências à evolução da Competência em Informação, mas mais que isto: que servem à justiça informacional – um achado importante nesta fase da pesquisa.

Nos resultados das buscas nas bases de dados, identificamos também alguns conteúdos que argumentam em prol da relevância da Competência em Informação no mundo atual - como uma prioridade - bem como políticas públicas para a Competência em Informação sugeridas nos trabalhos, com um foco especial na justiça informacional inspirados em Mathiesen (2015).

Nossa opção de organização deste trabalho, consiste em apresentar os aspectos metodológicos que nortearam as buscas nas bases de dados, e, em seguida, os conteúdos que interessam aos objetivos da pesquisa.

2 Aspectos Metodológicos

A abordagem da presente pesquisa é qualitativa. De acordo com Minayo (2002, p. 21-22), este tipo de abordagem se preocupa com o “universo de significados”. Para Richardson (2012, p. 80), uma investigação que emprega a metodologia qualitativa pode “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos”. Quanto aos objetivos, esta investigação é, de acordo com Fachin (2017) bibliográfica e documental. A análise dos dados ocorreu a partir da categorização (Richardson, 2012, p. 71), ou seja, agrupando elementos, ideias ou expressões (Minayo, 2002) que interessassem aos propósitos da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scopus, *Web of Science*, ISTA e LISTA. As expressões de busca utilizadas na consulta às bases de dados, no idioma em inglês, foram as seguintes: *parameters AND library and information science, guidelines AND library and information science, framework AND library and information science, qualitative parameters AND library and information science, qualitative indicators AND library and information science, parameters AND information literacy, guidelines AND information literacy, framework AND information literacy, qualitative indicators AND information literacy, qualitative parameters AND information literacy*. Cabe ressaltar que as expressões de busca foram indicadas entre aspas. Para cada uma das bases de dados utilizou-se elementos diferentes na estratégia de busca, devido à variação existente nos assuntos em cada base.

Foram localizados 14 (catorze) artigos da categoria “muito relevantes”², dos quais trouxemos neste trabalho aqueles que se referem a exemplos e proposições de indicadores, políticas públicas e justiça informacional.

3 Resultados

3.1 Exemplos e proposições de indicadores

Há na literatura investigada, alguns trabalhos que apresentam inspirações e ideias para subsidiar a formulação de parâmetros qualitativos aplicáveis à Competência em Informação. Um desses trabalhos é o de Gregory e Higgins (2017). Os autores mapearam os valores fundamentais da Biblioteconomia, tais como, democracia, diversidade, bem público e responsabilidade social e o conectaram ao *Framework* da ALA/ACRL como um meio de colocar em prática os valores dos(as) bibliotecários(as). O resultado desta conexão pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Critérios para avaliar a Competência em Informação, conforme *Framework* da ALA/ACRL e valores fundamentais da Biblioteconomia *American Library Association's (ALA) Core Values of Librarianship*

Framework da ALA/ACRL	Resultados de aprendizagem (valores fundamentais da Biblioteconomia) As pessoas aprenderão a... (critérios a avaliar)
<i>A Autoridade é Construída e Contextual (Mapeada para Democracia, Diversidade e Responsabilidade Social)</i>	<ul style="list-style-type: none"> · questionar e permanecer céticas em relação à autoridade para estar abertas a novas perspectivas e a uma variedade de vozes · reconhecer que sistemas particulares constroem autoridade · cultivar uma abordagem crítica para resistir/subverter ativamente a sistemas autoritários que privilegiam certos tipos de fontes ou pontos de vista
<i>Criação de Informação como Processo (Mapeado para a Democracia)</i>	<ul style="list-style-type: none"> · examinar as decisões subjacentes e os processos de criação para fazer perguntas críticas sobre como e por que a informação foi produzida · avaliar as mensagens veiculadas na informação para determinar se a informação foi produzida para informar ou (des)informar
<i>A Informação tem Valor (Mapeada para Acesso, Democracia, O Bem Público, Responsabilidade Social e Confidencialidade/Privacidade)</i>	<ul style="list-style-type: none"> · criar, distribuir e usar informações como meio de efetuar mudanças · usar posições de privilégio de informação para tornar a informação mais equitativa e/ou disponível · entender como e por que pessoas ou grupos são sistematicamente marginalizados e criam ou fazem uso de fontes e sistemas alternativos que apoiam a representação inclusiva
<i>Pesquisa como Investigação</i>	<ul style="list-style-type: none"> · usar o processo de pesquisa para identificar e explorar as necessidades e problemas sociais

² Cabe ressaltar que na busca às bases de dados, foram recuperados 58 (cinquenta e oito) artigos na categoria “relevantes” e que não fazem parte do escopo deste trabalho e que serão utilizados em trabalhos futuros.

<p><i>(Mapeada para Liberdade Intelectual, Responsabilidade Social e Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> · buscar múltiplas perspectivas durante a coleta de informações para extrair conteúdo da diversidade das experiências humanas · refletir sobre os problemas críticos (mais importantes e mais graves) da sociedade para desenvolver questões de pesquisa que abordem essas necessidades
<p><i>Academia como espaço de Conversação (Mapeada para Democracia, Diversidade e Liberdade Intelectual)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> · desenvolver familiaridade com modos de discurso para participar de conversas e contornar sistemas de privilégio · resistir a estruturas normativas que privilegiam certas vozes e informações em detrimento de outras, engajando-se em práticas de citação inclusivas
<p><i>Pesquisa como Exploração Estratégica (Mapeada para Acesso, Diversidade e Liberdade Intelectual)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> · examinar como os sistemas de busca e linguagens são construídos para entender as falhas e preconceitos embutidos nesses sistemas de informação e vocabulários · fazer uso de funções/opções de sistemas de busca para preservar a confidencialidade e privacidade e resistir à monetização de informações pessoais

Fonte: adaptada de Gregory e Higgins (2017).

Numa perspectiva semelhante, mas com foco em indicadores quantitativos, Marzal, Parra e Colmenero (2011) analisaram a abordagem teórica, o desenvolvimento metodológico e os primeiros resultados de um projeto de investigação aplicada para a proposição de um modelo de indicadores de habilidades sobre Competência em Informação nas bibliotecas escolares. A partir da consideração da Competência em Informação como um conjunto de habilidades relativas ao saber e conhecer em rede e da biblioteca escolar como Centro de Recursos de Ensino e Aprendizagem (CREA), propõem, no referido trabalho, o desenho de indicadores para medir o progresso e a qualidade dos programas de Competência em Informação para bibliotecas escolares. A formulação do modelo de indicador é apresentada, categorizada, e, em seguida, refletida em um questionário padrão, de acordo com os níveis de ensino e em recursos digitais selecionados, que foi pré-testado para aplicação em comunidades da Espanha. São descritas sua aplicação nas comunidades, a natureza das questões, o processamento de dados e uma abordagem para uma primeira análise interpretativa por nível educacional.

No referido estudo, Marzal, Parra e Colmenero (2011) argumentam que a Competência em Informação está sempre enquadrada dentro da esfera da biblioteca escolar - nos seus variados níveis, como o espaço ideal e a força motriz desta. Neste sentido, os autores afirmam que em programas de Competência de Informação, são desejáveis indicadores de diagnóstico, para avaliar deficiências e disfunções, indicadores de monitoramento, para avaliar e melhorar o processo, indicadores de resultados, para verificar o cumprimento dos objetivos e avaliar seus benefícios (Marzal; Parra; Colmenero, 2011, p. 196).

Marzal, Parra e Colmenero (2011, p. 199) sugerem um modelo escalável, na medida em que se adapta ao nível cognitivo de cada pessoa e é aplicado em sua totalidade ou nas partes consideradas apropriadas. Está estruturado em três categorias:

- a) **categoria de Indicadores de Destreza**, referindo-se fundamentalmente às habilidades do leitor com respeito à acessibilidade tecnológica e à usabilidade dos recursos que estão sendo lidos; o foco é a interação do leitor com o recurso;
- b) **categoria de Indicadores de Habilidade**, referentes às capacidades do leitor na obtenção de um produto cognitivo, conhecimento e *know-how*, por meio do domínio de uma gramática do discurso; o foco é o domínio do leitor sobre o processo inferencial de leitura, a fim de gerar conhecimento;
- c) **categoria de Indicadores de Competência em Informação**, referentes às capacidades do leitor, resultantes de um domínio das normas de Competência em Informação; o protagonismo corresponde inteiramente ao usuário-aprendizagem, para que sua Competência em Informação seja avaliada em sua autonomia de aprendizagem ao longo da vida, com seus próprios mecanismos, valores e deontologia.

Ao analisarmos o conteúdo dos dois trabalhos selecionados, é possível identificar alguns aspectos relacionados a tendências para indicadores de avaliação da Competência em informação: em primeiro lugar, uma tendência para avaliar a Competência em Informação por meio dos valores fundamentais da Biblioteconomia - democracia, diversidade, bem público e responsabilidade social - conectados ao *Framework* da ALA/ACRL (Gregory; Higgins, 2017) e, em segundo lugar, uma tendência para utilizar indicadores de diagnóstico (avaliar deficiências e disfunções), indicadores de monitoramento (avaliar e melhorar o processo) e, indicadores de resultados (verificar o cumprimento dos objetivos e avaliar seus benefícios) quanto ao desenvolvimento da Competência em Informação (Marzal; Parra; Colmenero, 2011, p. 196).

3.2 Políticas públicas: algumas proposições e sugestões da literatura

Nossa busca à literatura também identificou proposições e sugestões à elaboração de políticas públicas úteis para a avaliação da Competência em Informação. Em Weiner (2011, p. 299, 300), por exemplo, percebeu-se que há alguns aspectos inerentes às políticas públicas, importantes para nossas reflexões. No estudo - baseado em ideias de uma série de autores - Weiner alerta que os decisores políticos dão atenção aos problemas porque eles aprendem sobre certas condições. Aqui a autora está se referindo à potencialidade dos indicadores sociais

nas decisões de governo. Por exemplo, indicadores podem revelar que há um problema/oportunidade e podem medir a mudança neste. Para classificar uma situação como um problema a ser resolvido (ou uma oportunidade de mudança e investimento por parte do governo), envolve interpretação, percepção, julgamentos de valor e crenças. Assim, os aspectos essenciais das ideias que se concretizam em políticas - e que são tecnicamente viáveis - tornam-se aceitáveis para os decisores políticos (tomadores de decisão). As ideias passam por um processo de verificação por meio de discussão, documentos, reuniões etc. Durante este processo, uma ideia pode mudar, juntando-se a outra ideia, ou desaparecer. O fluxo político (em termos de governo) consiste no humor nacional, campanhas e pressão de grupos políticos ou da sociedade civil. O “clima nacional” pode ser monitorado por meio de pesquisas de opinião ou de interesse de grupos. A combinação do humor nacional com outras prioridades de governo exerce o efeito mais poderoso nas agendas políticas. Assim, o acaso e as próprias políticas podem fazer com que estas mudem ou sejam revertidas, dependendo de combinações de problemas, soluções e oportunidades.

Dito isto, Weiner (2011, p. 303, 304) afirma que uma maneira pela qual as questões podem se tornar parte das agendas é por meio da difusão de políticas. E isto pode acontecer quando as políticas são populares ou inovadoras. A autora cita como exemplo de uma inovação política que poderia ser adotada por outros estados, “a Ordem Executiva S-06-09 da Califórnia”, e explica: no documento de 2009, o então governador Arnold Schwarzenegger apoiou a necessidade para tecnologias de informação e comunicação (TIC) e alfabetização digital.³ A Competência em Informação - ainda que com foco na dimensão técnica, ascendeu a uma agenda política nesta situação devido aos problemas de competitividade econômica e exclusão digital (expressos como uma alternativa de política, ou seja, alfabetização digital) e a política de uma autoridade eleita que a adotou.

Como exemplo de possibilidades e caminhos à adoção de políticas públicas voltadas para a Competência em Informação, Weiner (2011, p. 304) apresenta alternativas que podem evoluir quando os defensores formam coalizões com grupos. Por exemplo, o ACRL Presidential

³ Na época, Schwarzenegger declarou que a alfabetização digital em TIC consistia num componente definidor da competitividade da Califórnia para uma economia baseada no conhecimento e que estava crescendo em importância para atrair investimentos de capital, gerando empregos de maior qualidade. Esta “ordem executiva” promoveu o estabelecimento de um comitê consultivo que desenvolveria uma Política de ICT para a Alfabetização Digital a fim de abordar a alfabetização digital em cidadãos da Califórnia. Em consequência, a Califórnia recebeu US\$173,3 milhões da Agência Nacional de Telecomunicações e Informação dos EUA. O governador afirmou posteriormente, no ano de 2010, que o forte compromisso da Califórnia com os avanços da banda larga, ajudou a liderar o caminho em aplicações na segurança pública, telemedicina e alfabetização digital para todos os californianos, concluindo que tais projetos se tornariam a divisão digital em oportunidades digitais para alunos, força de trabalho, desfavorecidos como foco principal dos investimentos.

Committee on Information Literacy recomendou a formação de um grupo em 1989 que se chamou *National Forum on Information Literacy (NFIL)*, uma coalizão de organizações dedicadas à integração global da Competência em Informação. O Fórum “consegue chegar aos ouvidos” do governo, das organizações de saúde, das empresas e organizações educacionais para além das bibliotecas a fim de promover a Competência em Informação e para fornecer oportunidades para a construção de coalizões e *networking* (rede de relacionamentos, de contatos). A autora lista os objetivos do NFIL, os quais giram em torno de questões de política: a) promover a integração social da Competência em Informação como elemento central para os EUA como vantagem competitiva no mercado mundial; b) defender a importância da Competência em Informação na preparação cidadãos para um envolvimento ativo em uma sociedade democrática; c) colaborar com organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais associadas a Competência em Informação e à aprendizagem ao longo da vida. E conclui: assim, o NFIL promove a Competência em Informação, mas também áreas que podem ser consideradas alternativas de políticas: pensamento crítico e aprendizagem ao longo da vida.

Importantes medidas em torno do desenvolvimento de políticas e de legislação relativas ao ensino superior, por exemplo, recebem atenção direta da ACRL que assume, por meio do *ACRL Government Relations Committee*, um papel ativo na formulação da agenda legislativa, incluindo objetivos para ação legislativa em nível nacional sobre questões que podem afetar o bem-estar das bibliotecas acadêmicas e de pesquisa.⁴ (Weiner, 2011, p. 304).

Weiner ainda argumenta, baseada no relatório de Praga (Weiner, 2011, p. 304-306) que identificou algumas das barreiras às mudanças políticas e que pode ser difícil medir o impacto dos projetos de Competência em Informação pela simples razão de que muitos são de curto prazo e especializados. Outro fator consiste em aspectos ambientais relacionados com a Competência em Informação, que por serem múltiplos e complexos, resultam em questões metodológicas na determinação de seu papel em causar resultados benéficos. Por último, há uma falta consistente de financiamento e recursos para a Competência em Informação. A autora sugere que, algumas maneiras de superar esses desafios são conscientizar os políticos, a mídia e o público sobre a Competência em Informação. Para Weiner (2011), estudos bem desenhados em grande escala e generalizáveis do impacto e da necessidade da Competência em Informação podem ser financiados por meio de agências governamentais e fundações privadas. Isso forneceria indicadores que podem mover a Competência em Informação para as agendas de políticas.

⁴ A Agenda Legislativa da ACRL para 2022 pode ser consultada em detalhes em <https://www.ala.org/acrl/issues/washingtonwatch#agenda>.

Como se pode perceber, há muito trabalho a ser feito, mas Weiner (2011, p. 306), baseada em diversos autores e estudos, sugere alternativas: aqueles que defendem a Competência em Informação em um nível de política podem continuamente desenvolver seu conhecimento do processo político; usar redes para se envolver com aqueles que têm interesses relacionados; e, manter vigilância quanto a relatórios de pesquisa e da indústria. Os defensores de políticas públicas para a Competência em Informação devem ser receptivos à conexão da Competência em Informação com outras agendas de reforma, e, deste modo, tais defensores terão sucesso, pois são bem conectados e persistentes; são detentores de cargos administrativos ou partidários superiores; são membros de múltiplos cenários ou instituições; são dispostos a gastar uma quantidade considerável de recursos (tempo, energia, dinheiro, etc.) para tornar suas ideias e propostas úteis para os formuladores de políticas; estão presentes em reuniões críticas. O cenário educacional e a educação das pessoas para o trabalho são grandes prioridades, segundo a autora, e a Competência em Informação deve ser incluída como uma competência-chave para alcançar esses objetivos. Para ela, muitas partes envolvidas em todos os níveis de educação têm interesse e a experiência para promover a Competência em Informação - esta tornou-se o “tecido conectivo” que une o aprendizado do aluno, o corpo docente e desenvolvimento de professores, parcerias comunitárias e mudança social (Weiner, 2011, p. 306).

Nesse sentido e, em síntese, Weiner (2011), demonstra a potencialidade dos indicadores sociais nas decisões de governo, tendo em vista que estes podem revelar que há um problema/oportunidade e, também, mudanças. Questões relevantes – tais como a Competência em Informação - podem se tornar parte das agendas e isto pode acontecer quando as políticas são populares ou inovadoras. A autora alerta para a dificuldade em medir o impacto dos projetos de Competência em Informação, porque muitos destes são de curto prazo e especializados e que há falta de financiamento e de recursos para estudos sobre Competência em Informação.

Mathiesen (2015) parece se aproximar muito de uma tendência que nos interessa em nossa investigação: minimizar a vulnerabilidade em informação. O artigo apresenta uma estrutura (ou um *framework*) conceitual de justiça social para Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Library and Information Science, LIS*) e serviços responsivos às preocupações centrais, extraídos da Filosofia e da LIS. A estrutura é introduzida em termos do conceito multifacetado de justiça informacional, definido como o tratamento justo das pessoas como buscadores, fontes e sujeitos da informação. O artigo também aprofunda o aspecto central da justiça informacional, ou seja, a justiça distributiva, definida como a distribuição equitativa do

acesso à informação. Um sistema distributivo de informação justo é aquele que garante que todas as pessoas tenham acesso suficiente à informação.

Para argumentar em prol da ideia de um sistema distributivo de informação justo, Mathiesen (2015, p. 211) se utiliza - entre outros estudos e argumentos - da Teoria das Capacidades de Sen⁵, ou seja, ao invés de procurarmos medir quantos computadores temos, ou quantas pessoas acessaram os arquivos, ou mesmo quantas pessoas ficaram satisfeitas com sua experiência, nós devemos olhar para indicadores sobre se o acesso aos nossos serviços está ajudando as pessoas a fazerem e serem o que é importante para elas.

A concepção do que é suficiente em termos de justiça social, é bastante comum nas discussões sobre direitos humanos, que estabelecem padrões básicos de tratamento para todas as pessoas (Mathiesen, 2015, p. 217, 218). Ao mencionar a teoria de Martha Nussbaum (2003 *apud* Mathiesen, 2015, p. 217, 218), a autora procura articular as necessidades básicas compartilhadas por todos os seres humanos e que são protegidas pelos direitos humanos. Assim, a lista de capacidades pode ser útil para refletir sobre quais recursos de informação são necessários para um nível de acesso suficiente. As categorias listadas na Figura 2 (Nussbaum, 2003 *apud* Mathiesen, 2015, p. 217, 218) podem ser utilizadas como subsídios para indicadores e, também, para o desenvolvimento da Competência em Informação nos quais os(as) bibliotecários(as) e os serviços de informação devem se concentrar.

Figura 2: Necessidades básicas dos seres humanos e significado

CATEGORIA	SIGNIFICADO (possibilidades para refletir sobre recursos de informação para desenvolver a Competência em Informação)
Vida	Poder viver até o fim de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente, ou antes que a vida de alguém seja tão reduzida que não valha a pena viver.
Saúde Corporal	Poder ter uma boa saúde, inclusive saúde reprodutiva; estar adequadamente nutrido; ter abrigo adequado.
Integridade Corporal	Liberdade de movimento, liberdade de violência, liberdade sexual.
Sentidos, Imaginação e Pensamento	Ser capaz de usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão no que diz respeito ao discurso político e artístico, e à liberdade de exercício da religião.

⁵ Sobre a “*Sen’s Capability Approach*”, ler o conteúdo da teoria em: <https://iep.utm.edu/sen-cap/>.

Emoções	Amar, sofrer, sentir saudade, gratidão e raiva justificada.
Razão Prática	Ser capaz de formar uma concepção do bem e engajar-se na reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida.
Afiliação	Ter relacionamentos próximos e ser tratado com respeito.
Outras Espécies	Animais, plantas e o mundo da natureza.
Brincar	Atividades atléticas e outras atividades recreativas.
Controle sobre o ambiente de alguém	Inclui tanto o político (por exemplo, liberdade de expressão, participação política) como o ambiente material (por exemplo, privacidade, emprego).

Fonte: adaptada de Nussbaum (2003 *apud* Mathiesen, 2015, p. 217, 218).

Na medida em que devemos olhar para indicadores sobre se o acesso aos nossos serviços está ajudando as pessoas a fazerem e serem o que é importante para elas, estamos desenvolvendo a Competência em Informação quanto ao que é suficiente em termos de justiça social, quanto aos direitos humanos, e, inclusive, aos padrões básicos de tratamento para todas as pessoas, como alerta Mathiesen (2015) (ver Figura 2).

Nas palavras de Mathiesen (2015, p. 198, 199), a profissão bibliotecária há muito tem um ideal social em seu núcleo. A autora cita alguns exemplos desse compromisso social: na reunião de fundação da American Library Association (ALA) em 1876 (Garrison, 1979 *apud* Mathiesen, 2015, p. 198, 199) a biblioteca foi elogiada como um “instrumento sempre trabalhando na direção de desenvolvimento moral e social”. Em 1939, com a adoção pela ALA da *Library Bill of Rights*⁶, com o propósito de proteger liberdades e o combate à censura tornaram-se um imperativo profissional; mais recentemente, a profissão expandiu seu escopo além dos limites da própria biblioteca. Em 1990, a ALA adotou a *Policy on Library Services to Poor People*⁷, pedindo, entre outras coisas, a promoção do acesso equitativo, conscientização pública, e políticas públicas de ajuda aos pobres. Em tais documentos, cuja versão adaptada pode ser vista na Figura 3 (*Library Bill of Rights*) e, também, na Figura 4 (*Policy on Library Services to Poor People*), podemos observar a perspectiva da justiça informacional aplicável à avaliação da Competência em Informação.

Pode-se perceber, a partir da análise da *Library Bill of Rights* (ver Figura 3), que direitos

⁶ A *Declaração de Direitos da Biblioteca da ALA*, adotada em 19 de junho de 1939, pelo Conselho da ALA; alterada em 14 de outubro de 1944; 18 de junho de 1948; 2 de fevereiro de 1961; 27 de junho de 1967; 23 de janeiro de 1980 e 29 de janeiro de 2019, pode ser acessada em:

<https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>

⁷ A Política de Serviços de Biblioteca para Pessoas Pobres da ALA pode ser acessada em:

<https://www.ala.org/ala/ourassociation/governingdocs/policymanual/servicespoor.htm>

e deveres são expressos de modo a esclarecer quanto ao uso, disponibilidade, acesso, e quanto a questões relevantes sobre censura, preconceito e privacidade.

Figura 3: Declaração de Direitos da Biblioteca (*Library Bill of Rights*)

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA BIBLIOTECA⁸ (<i>Library Bill of Rights</i>)
<i>A American Library Association afirma que todas as bibliotecas são fóruns de informações e ideias, e que as seguintes políticas básicas devem orientar seus serviços.</i>
<p>I. Livros e outros recursos da biblioteca devem ser fornecidos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a que a biblioteca serve. Os materiais não devem ser excluídos por causa da origem, histórico ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.</p> <p>II. As bibliotecas devem fornecer materiais e informações apresentando todos os pontos de vista sobre questões atuais e históricas. Os materiais não devem ser proscritos ou removidos por causa de desaprovação partidária ou doutrinária.</p> <p>III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de fornecer informação e esclarecimento.</p> <p>IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos preocupados em resistir ao cerceamento da liberdade de expressão e livre acesso a ideias.</p> <p>V. O direito de uma pessoa de usar uma biblioteca não deve ser negado ou restringido por causa da origem, idade, histórico ou pontos de vista.</p> <p>VI. As bibliotecas que disponibilizam espaços expositivos e salas de reuniões ao público a que servem, devem disponibilizar tais instalações de forma equitativa, independentemente das crenças ou afiliações dos indivíduos ou grupos que solicitam o seu uso.</p> <p>VII. Todas as pessoas, independentemente de origem, idade, formação ou pontos de vista, possuem o direito à privacidade e confidencialidade no uso da biblioteca. As bibliotecas devem defender, educar e proteger a privacidade das pessoas, protegendo todos os dados de uso da biblioteca, incluindo informações de identificação pessoal.</p>

Fonte: adaptada de ALA (2019).

Na *Policy on Library Services to Poor People*, o tema da igualdade quanto ao acesso à informação para pessoas em situação de pobreza se sobressai, encaminhando para a participação plena em uma sociedade democrática, por meio de uma ampla variedade de recursos informacionais e estratégias disponíveis, voltando-se para as minorias para a necessidade de minimizar a vulnerabilidade em informação (ver Figura 4).

⁸ Embora os artigos da *Declaração de Direitos da Biblioteca* sejam declarações inequívocas de princípios básicos que devem reger o serviço de todas as bibliotecas, surgem questões relativas à aplicação desses princípios a práticas específicas de biblioteca. Veja os documentos designados pelo Comitê de Liberdade Intelectual como *Interpretações da Declaração de Direitos da Biblioteca* (essas interpretações podem ser acessadas em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations>).

Figura 4: Política de Serviços de Biblioteca para Pessoas Pobres
(*Policy on Library Services to Poor People*)

POLÍTICA DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECA PARA PESSOAS POBRES (<i>Policy on Library Services to Poor People</i>)
<p>A American Library Association <i>promove a igualdade de acesso à informação para todas as pessoas e reconhece a necessidade urgente de responder ao crescente número de crianças, adultos e famílias pobres nos Estados Unidos. Essas pessoas são afetadas por uma combinação de limitações, incluindo analfabetismo, doença, isolamento social, falta de moradia, fome e discriminação, que prejudicam a eficácia dos serviços tradicionais de biblioteca. Portanto, é crucial que as bibliotecas reconheçam seu papel em permitir que as pessoas pobres participem plenamente de uma sociedade democrática, utilizando uma ampla variedade de recursos e estratégias disponíveis. Programas concretos de treinamento e desenvolvimento são necessários para sensibilizar e preparar o pessoal da biblioteca para identificar as necessidades das pessoas pobres e prestar serviços relevantes.</i></p>
<p>Objetivos da Política</p> <ol style="list-style-type: none">1. Promover a remoção de todas as barreiras aos serviços de biblioteca e informação, particularmente taxas e cobranças em atraso.2. Promover a publicação, produção, compra e acessibilidade imediata de materiais impressos e não impressos que abordem honestamente as questões de pobreza e falta de moradia, que lidem com pessoas pobres de maneira respeitosa e que sejam de uso prático para clientes de baixa renda.3. Promover financiamento total, estável e contínuo para programas legislativos existentes de apoio a serviços de baixa renda e para programas proativos de bibliotecas que vão além dos locais de serviço tradicionais para crianças, adultos e famílias pobres.4. Promover oportunidades de treinamento para bibliotecários, a fim de ensinar técnicas eficazes para gerar financiamento público para melhorar os serviços de biblioteca para pessoas pobres.5. Promover a incorporação de programas e serviços para pessoas de baixa renda nos orçamentos regulares de bibliotecas em todos os tipos de bibliotecas, em vez da tendência de apoiar esses projetos apenas com subsídios indiretos (os chamados <i>soft money</i>) privados ou federais.6. Promover a equidade no financiamento de serviços adequados de biblioteca para pessoas pobres em termos de materiais, instalações e equipamentos.7. Promover o apoio suplementar aos recursos da biblioteca para e sobre as populações de baixa renda, instando os governos locais, estaduais e federais, e o setor privado, a fornecer financiamento adequado.8. Promover uma maior conscientização pública – por meio de programas, exposições, bibliografias e publicidade – sobre a importância dos recursos e serviços bibliográficos relacionados à pobreza em todos os segmentos da sociedade.9. Promover a determinação de medidas de produção por meio do incentivo à avaliação das necessidades da comunidade, dando ênfase especial à avaliação das necessidades das pessoas de baixa renda e envolvendo tanto os defensores da luta contra a pobreza quanto os próprios pobres nessas avaliações.10. Promover a representação direta de pessoas pobres e defensores da luta contra a pobreza por meio da nomeação destes para conselhos locais e criação de comitês consultivos locais para atendimento a pessoas de baixa renda (tais nomeações devem incluir transporte pago pela biblioteca e ajuda de custo).11. Promover treinamento para sensibilizar os funcionários das bibliotecas sobre questões que afetam as pessoas pobres e sobre as barreiras de atitude e outras que dificultam o uso das bibliotecas pelas pessoas pobres.

12. Promover o trabalho em rede e a cooperação entre bibliotecas e outras agências, organizações e grupos de defesa para desenvolver programas e serviços que alcancem efetivamente as pessoas pobres.
13. Promover a implementação de um programa federal ampliado de habitação de baixa renda, seguro nacional de saúde, política de pleno emprego, salário-mínimo digno e pagamentos de bem-estar, creche acessível e programas que possam reduzir, se não, eliminar, a própria pobreza.
14. Promover entre os funcionários da biblioteca a arrecadação de doações de alimentos e roupas, oferecendo tempo pessoal para atividades de combate à pobreza e contribuindo com dinheiro para organizações de ajuda direta.
15. Promover esforços relacionados às minorias e às mulheres, uma vez que esses grupos estão desproporcionalmente representados entre os pobres.

Fonte: adaptada de ALA (2007).

Podemos destacar, quanto a Figura 4, que o item 9 da Política de Serviços de Biblioteca para Pessoas Pobres da ALA, ao tratar de promover a determinação de medidas de produção por meio do incentivo à avaliação das necessidades das pessoas de baixa renda se volta às necessidades informacionais, mas à avaliação da vulnerabilidade em informação, tema que nos interessa (Vitorino, 2018).

Esses ideais sociais, conforme alerta Mathiesen (2015, p. 198, 199), são englobados e estendidos em discussões atuais de justiça nas profissões de LIS (a autora cita uma série de estudos para argumentar a afirmação). Para que essa tendência tenha o impacto prometido, no entanto, há uma forte necessidade de se desenvolver a compreensão de justiça social. O termo justiça social está associado a uma série de aspectos positivos, por exemplo, justiça, igualdade, inclusão e diversidade. O próprio conceito, no entanto, permanece pouco estudado dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Assim, recorre-se às teorias filosóficas para orientação e, embora tais teorias estabelecidas devam ser trazidas para o diálogo e a conexão com a LIS, estas podem não tratar diretamente das preocupações específicas dos profissionais da informação. A abordagem sugerida no artigo é extrair de vários relatos filosóficos os sentidos de justiça social para ajudar no desenvolvimento de uma estrutura (ou *framework*) relevante de justiça social para LIS em termos do que esta autora chama de justiça informacional - e é isto o que a autora se propõe ao longo do seu trabalho (Mathiesen, 2015).

Neste sentido, a autora sugere um *framework* para a justiça informacional (ver Figura 5).

Figura 5: Framework da justiça informacional

O FRAMEWORK (OU ESTRUTURA) DA JUSTIÇA INFORMACIONAL ⁹
<p><i>A justiça informacional é um conceito multifacetado, refletindo as três formas em que as pessoas podem estar relacionadas à informação - como buscadores, como fontes, e como sujeitos. Para serem tratados com justiça como um buscador de informações, as pessoas devem ter um acesso equitativo à informação: isso é chamado de justiça “iDistributiva”. Para serem tratadas com justiça como fonte de informação, as pessoas devem ter a mesma chance de contribuir para a produção e fornecimento de conhecimento: isso é chamado de justiça “iParticipativa”. Ser tratado com justiça como um objeto da informação, as pessoas devem ser retratadas de forma justa na matriz de informações: isso é chamado de justiça “iReconhecimento”.</i></p>
<p>Três Focos de Justiça Informacional</p> <ol style="list-style-type: none">1) Justiça “iDistributiva” - os bens de informação e os serviços de informação devem ser distribuídos equitativamente entre todos os membros da sociedade.2) Justiça “iParticipativa” - todos os membros da sociedade devem ter oportunidades de comunicar seu ponto de vista sozinho ou em conjunto com os outros, ter esse ponto de vista levado em conta e participar de tomada de decisão sobre o fornecimento de recursos de informação.3) Justiça de “iReconhecimento” – o conteúdo das informações disponíveis no ambiente informacional deve incluir representações justas e precisas de todos os membros da sociedade.

Fonte: Mathiesen (2015, p. 207).

Os três focos destacados no *framework* da Figura 5, nos fazem refletir quanto à distribuição de bens, conteúdos e serviços de informação e, ainda, à comunicação da informação e à representatividade das pessoas no ambiente informacional.

Ainda que Mathiesen (2015, p. 218-220) não trate no seu trabalho da implementação do *framework* proposto, a autora esclarece que, para que a justiça informacional aconteça, algumas implicações práticas para a concepção e a avaliação de serviços e programas LIS devem ocorrer (Mathiesen, 2015): a) a primeira lição ao projetar programas e serviços, uma orientação para a justiça social requer consciência das injustiças sociais embutidas em grandes sistemas institucionais e pressupostos culturais; b) a segunda lição é que criar serviços e sistemas que distribuam equitativamente o acesso à informação entre os membros da comunidade e requer uma compreensão diferenciada das comunidades a serem atendidas; c) a terceira lição é que a distribuição justa de informações também exige o tratamento justo de pessoas e comunidades como fontes e sujeitos de informação. Portanto, cabe salientar (ver Figura 6):

⁹ O “i” foi adicionado antes de cada um dos termos para destacar o contexto dos serviços e sistemas de informação. No restante deste ensaio, no entanto, a fim de promover a legibilidade, o “i” muitas vezes será descartado. O leitor deve ter em mente, entretanto, que os termos “distribuição”, “participação”, e “reconhecimento” serão usados doravante usando o senso/bom senso informacional. Tal como acontece com a justiça distributiva, participativa e de reconhecimento (Fraser, 2001 *apud* Mathiesen, 2025), as justicas “iDistributive, iParticipatory e iRecognitional” são mutuamente reforçadas.

Figura 6: Características de um *Framework* para a justiça informacional

A orientação para a justiça social inclui uma perspectiva institucional e uma ética de cuidado, solidariedade e respeito.

A justiça social está preocupada com questões de distribuição, participação e reconhecimento.

A justiça informacional exige que as pessoas sejam tratadas com justiça como requerentes, fontes e assuntos de informação.

Nessas funções, as pessoas merecem justiça *iDistributive*, *iParticipatory* e *iRecognitional*.

Essas três formas de justiça informacional são interdependentes e apoiam-se mutuamente.

A justiça distributiva diz respeito à distribuição do acesso à informação.

O acesso à informação é uma relação entre algumas fontes de informação ou serviços e uma pessoa ou grupo de pessoas.

A informação é acessível quando está disponível, localizável, alcançável, compreensível e utilizável.

Uma distribuição justa de informações é aquela que garante que todas as pessoas têm um nível suficiente de acesso à informação.

Ao buscar um nível suficiente de acesso, devemos nos concentrar na informação que apoia e aprimora as capacidades das pessoas. Há muito trabalho a ser feito na teoria da justiça informacional, tanto no campo da teoria quanto no campo da prática.

Fonte: adaptado de Mathiesen (2015, p. 218-220).

Mathiesen (2015) pondera que um trabalho teórico futuro será necessário para detalhar os conceitos dos três focos (ver Figura 5) da justiça informacional, fornecendo detalhes à estrutura aqui desenvolvida. Mais ainda precisa ser dito sobre como a orientação para a justiça social se manifesta nas profissões de LIS. Finalmente, para ser relevante, esta estrutura deve ser aplicada em vários ambientes de LIS.

Do que foi apresentado até agora, podemos observar uma tendência impactante para políticas públicas voltadas à justiça informacional – distributiva, participativa e com reconhecimento das pessoas participantes do processo de desenvolvimento da Competência em Informação.

4 Considerações finais

Neste estudo, voltamos nossa atenção a indicadores de avaliação da Competência em Informação, cujo interesse específico se concentrou em políticas públicas e justiça informacional, com o propósito de angariar ideias para minimizar a vulnerabilidade em informação.

Foi possível identificar algumas possibilidades relacionadas a tendências para indicadores de avaliação da Competência em Informação, por meio dos valores fundamentais da Biblioteconomia - democracia, diversidade, bem público e responsabilidade social - conectados ao *Framework* da ALA/ACRL, bem como ao uso de indicadores de diagnóstico, de monitoramento e de resultados quanto ao desenvolvimento da Competência em Informação, que podem ser utilizados para proposição de indicadores no cenário brasileiro. Faz-se necessário

refletir sobre o “reuso” do *Framework* da ALA/ACRL sob outras perspectivas e quanto à aplicabilidade deste, inclusive no Brasil, pois alguns autores o consideram uma ferramenta muito à frente das necessidades atuais das pessoas – o que nos parece pertinente, se considerarmos as vulnerabilidades presentes nos vários países.

Um modelo de indicadores de Competência em Informação, deve contemplar, como premissa, o protagonismo, a autonomia, a aprendizagem ao longo da vida, os valores e a deontologia, característicos das dimensões técnica, estética, ética e política que temos investigado (Vitorino; Piantola, 2011; Vitorino; De Lucca, 2020), em contexto, ou seja, adequando-se às vivências e experiências das pessoas quanto à aprendizagem informacional.

Somos favoráveis às ideias sobre a necessidade de idealizar, elaborar e estruturar políticas públicas de governo para promover a integração social da Competência em Informação no Brasil, em defesa do desenvolvimento desta metacompetência nas pessoas para o envolvimento ativo em uma sociedade democrática; para colaborar com organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais.

A inclusão da Competência em Informação nas agendas políticas no Brasil (e noutros cenários e contextos, com as respectivas adequações) precisa considerar a estruturação de indicadores. Tais indicadores servirão para subsidiar pesquisas rigorosas, com credibilidade - pesquisas quantitativas e em grande escala que atendam a problemas populacionais de grande porte e de alta relevância social, tais como os problemas informacionais, geralmente associados à educação para a informação. Pesquisas com estas características podem ocorrer no espaço da educação formal – seja no ensino fundamental, ensino médio ou ensino superior, como também na formação continuada, no local de trabalho, e nos espaços onde estão as pessoas que mais precisam – em vulnerabilidade social e informacional, observando-se a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – cujos temas atuais têm forte impacto social.

Corroborando com as ideias dos autores aqui apresentados, a Competência em Informação é relevante para todos os campos de investigação, e por isto precisa ser examinada a partir de quadros teóricos proeminentes em disciplinas além de biblioteca e da Biblioteconomia e Ciência da Informação e a partir do contexto, ou seja, para cada cenário uma adequação necessária. Nós reforçamos que se trata de um tema urgente no Brasil - uma agenda de pesquisas nas áreas identificadas deve ser iniciada, pois irá fortalecer a base de evidências para a promoção de políticas públicas de Competência em Informação, cujo aspecto central é a justiça distributiva: distribuição equitativa do acesso à informação (garantir que todas as pessoas tenham acesso suficiente à informação).

Considerando tais afirmações e estudos aqui apresentados, reforçamos que indicadores sociais são componentes fundamentais e subsidiam as políticas públicas para a Competência em Informação e por isto devem ser estudados e conectados a este campo/domínio de saber e à justiça informacional. Novos trabalhos de pesquisa estão em andamento e buscaremos, noutros estudos, apresentar proposições de indicadores de Competência em Informação em conexão com indicadores sociais e para o cenário brasileiro, em específico, mas com possibilidades de adequação a outros cenários e contextos.

Referências

American Library Association (ALA). **61. Library services for the poor**. Huron Chicago: ALA, 2007. Disponível em: <https://www.ala.org/ala/ourassociation/governingdocs/policymanual/servicespoor.htm>. Acesso em: 10 ago. 2023.

American Library Association (ALA). Association of College and Research Libraries (ACRL). **ACRL Guide to Policies and Procedures, Chapter 14: Standards, Guidelines, and Frameworks**. Chicago: ALA/ACRL, 2022. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/resources/policies/chapter14>. Acesso em: 10 ago. 2023.

American Library Association (ALA). **Library Bill of Rights**. Chicago: ALA, 2019. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. São Paulo: Saraiva, 6. ed., 2017. ISBN: 9788502636538. p. 209.

Gregory, Lua; Higgins, Shana. Reorienting an Information Literacy Program toward Social Justice: Mapping the Core Values of Librarianship to the ACRL Framework. **Communications in Information Literacy**, Buffalo, NY, v. 11, n. 1, p. 42-54, 2017. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol11/iss1/14/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Marzal, Miguel Ángel; Parra, Pablo; Colermo, María Jesús. La medición de impacto y evaluación de programas de alfabetización en información para bibliotecas escolares. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 34, n. 2, p. 190-211, 2011. Disponível em: <https://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/692>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Mathiesen, Kay. Informational justice: a conceptual framework for social justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Champaign, IL, v. 64, n. 2, p. 198–225, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/158312901.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Minayo, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Richardson, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Vitorino, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF,

n. 2, v. 47, p. 71-85, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99215>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Vitorino, Elizete Vieira; De Lucca, Djuli Machado. (Org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. Disponível em: <https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Vitorino, Elizete Vieira; Piantola, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Vitorino, Elizete Vieira. Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes e tendências. In: Parra Valero, Pablo *et al.* (Coord.). **Competencias en información y transformación digital de la sociedad**. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Ciencias de la Documentación, Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2021. p. 87-104. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14352/9352>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Vitorino, Elizete Vieira. Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 7-36, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39996/30698>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Weiner, Sharon A. How information literacy becomes policy: an analysis using the Multiple Streams Framework. **Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research**, West Lafayette, IN, v. 60, n. 2, p. 297-311, 2011. Disponível em: https://docs.lib.purdue.edu/lib_fsdocs/70/. Acesso em: 10 ago. 2023.